

Portimão apoia projeto "Algarve 2020: uma proposta jovem"

Teve lugar na passada sexta-feira, dia 22 de fevereiro, a fase de consulta a jovens e dirigentes associativos de Portimão, na sequência da parceria entre a Câmara Municipal de Portimão e a Cooperativa ECOS - Educação, Cooperação e Desenvolvimento com vista à implementação do projeto "Algarve 2020: uma proposta jovem", para desenvolvimento de uma nova cultura de participação juvenil nos processos de tomada de decisão.

Aquela cooperativa, com um trabalho assente nos pilares da formação, investigação e consultoria, tem vindo a especializar-se no desenvolvimento de projetos de parceria entre diversos atores para a elaboração de políticas públicas, apostando em particular no empenho dos jovens na sociedade onde se inserem.

Nesse sentido, estimula o debate e a partilha, tanto a nível local como regional, em torno dos desafios e oportunidades que se colocam à juventude, nomeadamente no que toca à necessidade de novos mecanismos que respondam aos anseios dos jovens por espaços onde se desenvolvam sistemas mais participativos.

Para atingir esses objetivos, está a promover em todos os concelhos algarvios consultas aos jovens e dirigentes associativos.



PROGRAMA PRETENDE CONTRIBUIR PARA CRIAÇÃO E FIXAÇÃO DE EMPREGO EM LOCAIS COM FORTE PROPENSÃO PARA A DESERTIFICAÇÃO

Região algarvia apoia microempresas com 2 milhões de euros

O programa PO Algarve 21 abriu um concurso para apoiar, com dois milhões de euros, projetos de desenvolvimento de "microempresas localizadas em zonas de baixa densidade", anunciou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR). "O concurso, promovido no âmbito do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM), destina-se a apoiar projetos de desenvolvimento de microempresas, que envolvam a realização de investimento e a criação de postos de trabalho, adianta a CCDR, numa nota divulgada recentemente.

Este sistema tem como objetivo "apoiar exclusivamente as microempresas já existentes, situadas em territórios de baixa densidade com problemas de interioridade".

No caso da região do Algarve aplica-se em Paderne (concelho de Albufeira), Alcoutim, Giões, Martim Longo, Pereiro, Vaqueiros (concelho de Alcoutim), Altura, Azinhal, Castro Marim, Odeleite (concelho de Castro Marim), Estói, Santa Bárbara de Nexe (concelho de Faro), Barão de S. João, Bensafrim (concelho de Lagos), Alte, Ameixial, Boliqueime, Querença, Salir, São Clemente, São Sebastião, Bensafrim, Tôr (concelho de Loulé), Alferce, Marme-



lete, Monchique (concelho de Monchique), Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves, Tunes (concelho de Silves), Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santo Estêvão (concelho de Tavira), Monte Gordo, Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António (concelho de Vila Real de Santo António), e todo o concelho de Aljezur, São Brás de Alportel e Vila do Bispo.

"O incentivo a conceder é não reembolsável de 50 por cento das despesas de investimento (até cinco mil euros para fre-

guesias rurais e até 25 mil euros de freguesias não rurais) a que acresce o apoio até dois postos de trabalho", esclarece a CCDR Algarve.

A apresentação de candidaturas iniciou-se a 18 de fevereiro e processa-se em contínuo até 9 de dezembro de 2013.

As empresas que tenham projetos aprovados no âmbito do SIALM podem ainda aceder a uma linha de crédito Investe QREN, junto dos bancos aderentes para financiar a parte do seu investimento não comparticipada pelo SIALM.

FARO

Carvalho da Silva reclama demissão do governo

Carvalho da Silva exigiu na última semana, em Faro, a demissão do Governo e apelou a uma "forte participação popular" na manifestação do próximo sábado, sublinhando o significado do seu contributo para "a derrota de uma política que coloca o país em situação de emergência e rutura nacional".

O sociólogo, investigador da Universidade de Coimbra e antigo secretário-geral da CGTP-IN foi um dos convidados do debate promovido pelo Grupo Dinamizador Regional do Algarve do Congresso Democrático das Alternativas. A iniciativa esteve integrada na preparação da conferência nacional "Vencer a Crise com o Estado Social e com a Democracia", que irá ter lugar no próximo dia 11 de maio, em Lisboa, e contou, ainda, com a presença de Efigénio Rebelo, professor catedrático da Universidade do Algarve.

Os dois oradores falaram, ainda, na necessidade de "construir uma alternativa política ao atual Governo, que salve o país e a democracia da voracidade desta governação ultra liberal e que contenha a sangria de emigração da geração de jovens mais bem qualificados de sempre".

Durante o debate foi denunciada a "contínua e obsessiva política de ataque ao estado social e ao trabalho", considerados "suportes essenciais do sistema democrático", e foi deixado o apelo para que "todos os portugueses, numa ação permanente de debate e manifestação pública, exijam a convergência dos atores políticos e sociais na construção de um outro caminho para Portugal".

Carvalho da Silva recordou que a participação nas manifestações do movimento sindical e dos movimentos populares são um espaço que já demonstrou ser "uma frente de luta e resistência capazes de fazer recuar graves tentativas de ataque à nossa Constituição e aos direitos e garantias nela consignados".

D.V.

AHETA critica Plano Estratégico Nacional de Turismo

A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve considera que o PENT "não garante o desenvolvimento do Turismo"

«A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) considera que o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) apresenta "um conjunto de intenções e considerações interessantes", mas "não aprofunda nem concretiza nenhuma delas, nem apresenta soluções concretas" para os principais problemas que o setor vem enfrentando.

O PENT definiu as ações para o crescimento sustentado do turismo nacional entre 2006 e 2015. No passado dia 10 de janeiro o Conselho de Ministros aprovou as linhas gerais da revisão do plano para serem implementadas até 2015. De acordo com o Governo, a revisão decorre da necessidade de adapta-lo "às mudanças estratégicas aprovadas pelo Programa do XIX Governo" e "ajustá-lo ao período de instabilidade dos mercados financeiros e crescimento económico bastante moderado da economia europeia, principal emissora de turistas para Portugal".

Para a AHETA, os objetivos apontados "são demasiado vagos e pouco precisos, não definindo quais as ações a desenvolver no curto e médio prazos para atingir as metas propostas".

"O Plano não identifica nem as fontes de financiamento nem os montantes financeiros para a execução de cada um dos programas e projetos enunciados, nem define as 'Grandes Linhas Orientadoras', subjacentes a um plano desta natureza", considera a AHETA em comunicado enviado às redações.

De acordo com os hoteleiros, o texto posto à discussão pública contém "algumas imprecisões" sobre a apreciação da atividade turística, definindo "estratégias desajustadas das necessidades". A AHETA dá como exemplo a ideia de "hospitar" os mercados "onde já temos notoriedade, em nome da aposta em mercados emergentes", uma situação que aquela associação considera "desaconselhável", "tecnicamente errada" e, por isso, "potencial-

mente danosa para a economia do turismo".

Por outro lado, a AHETA considera que a intenção de capitalizar as empresas tendo em vista a sua reestruturação, via reescalonamento das suas dívidas, é "uma ideia nobre", mas "impossível de realizar sem a criação de mecanismos financeiros adequados".

"A contradição entre as medidas objetivas definidas e as propostas apresentadas e/ou sugeridas é demasiado evidente, para além de muitas delas não serem suficientemente abrangentes e tecnicamente sustentáveis", diz a AHETA, acrescentando, como exemplo, que a promoção do Turismo Residencial no exterior "não se esgota na venda de casas".

A AHETA critica, ainda, o facto de as questões centrais, nomeadamente as relacionadas com a competitividade da atividade turística, não se encontram contempladas no plano. E dá como exemplo o transporte aéreo, a qualificação da oferta

pública de turismo, a promoção turística, o "marketing & vendas", a gestão aeroportuária, a distribuição e a importância dos novos canais de comercialização e, principalmente, a necessidade da sua articulação e interligação com a oferta.

Para a AHETA, o PENT "é demasiado subjetivo", "desfocado das realidades" e corre o risco de "revelar-se como mais um elemento perturbador junto dos agentes do setor, pouco mobilizador e, por conseguinte, destituído de conteúdo prático e visão prospetiva e de futuro".

O texto final "não incorpora entendimentos fundamentais e iluminadores da ação política para promover o desenvolvimento do turismo", refere a AHETA, sublinhando que "se não houver um esforço considerável para assimilar estes entendimentos, a política de turismo sairá enfraquecida e a atividade turística não reconquistará a sua competitividade no próximo futuro".